

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ataques de Malafaia surtiram efeito contrário

Tática das ruas se choca com a política de Bolsonaro

Quando do julgamento na 1a Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que aceitou a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete por tentativa de golpe de Estado, comentamos por aqui como a estratégia política se chocava com a estratégia jurídica. No julgamento, nenhum dos advogados foi pela linha de negar a trama do golpe. Tratava apenas de

negar a participação do cliente. Já ficava claro que nenhum dos sete tinha muita esperança no campo jurídico. Então, apostava no campo político. Onde o golpe era negado, e os ministros e o rito duramente atacados. Se essas diferenças atrapalham os advogados, agora o risco está na estratégia política. No domingo (6), a tática das ruas chocou-se com a política.

No laço

Na terça-feira (8), o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, foi para o desembarque do aeroporto tentar caçar deputados no laço para que dessem apoio à anistia. A atitude deixou clara a sua dificuldade. Sóstenes não consegue ter o apoio mínimo de 257 deputados.

Malafaia

No domingo, o pastor Silas Malafaia, que organizou o ato, foi duríssimo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O chamou de “vergonha da Paraíba”. A pressão agressiva surtiu o efeito contrário: Motta disse que o projeto não era prioridade.



Mourão não poupou Malafaia: “Falastrão”

Ataque aos militares colocou Mourão contra o pastor

Mais grave foi o ataque de Silas Malafaia aos comandantes do Exército. Ele os chamou de “frouxos” por não reagirem à prisão do general Walter Braga Netto. Ou seja: se, para Malafaia, golpe não houve antes, agora parecia ser um golpe o que sugeria. O resultado prático é que o autor de um dos projetos de anistia, o senador Ha-

milton Mourão (Republicanos-RS), bateu forte no pastor. General do Exército, Mourão chamou Malafaia de “falastrão”. E disse que sua fala demonstrava “total falta de escrúpulos” e “desconhecimento do que seja Honra, Dever e Pátria”. A forma como se imaginou fazer a pressão sobre o Congresso não surtiu efeito.

EUA

Somou-se aos problemas que os aliados de Bolsonaro já viam na estratégia de pressão externa sobre o Congresso o nó que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu com suas medidas de tarifaço contra o resto do mundo. A chance de ajuda vinda de fora minguou.

Implodido

Novamente, foi Hamilton Mourão quem pontuou o problema da aproximação com os EUA neste momento. Em discurso no Senado, ele afirmou que Trump “implodiu” o sistema de relações comerciais que ajudou a construir no planeta após a Segunda Guerra.

Agro

Na semana passada, a bancada do agro já tinha feito o PL recuar da obstrução. Precisava votar o projeto que dá ao governo ferramentas de reciprocidade contra o tarifaço. Como seguir agora vendo em Trump um possível salvador se ele prejudica os interesses nacionais?

Tio Sam

“É hora de estarmos juntos”, discursou Mourão. “Ovacionar cegamente o ‘Tio Sam’ é fechar os olhos para a realidade mundial”, continuou. “O Brasil não precisa ter lado A ou lado B porque, em verdade, não nos serve nem o antiamericanismo infantil nem a bajulação”.

Mesmo sem pautar anistia, PL para obstrução

Sóstenes Cavalcante segue tentando as assinaturas necessárias

Por Gabriela Gallo

O Partido Liberal (PL) retirou a obstrução dos trabalhos na Câmara dos Deputados. A medida foi anunciada nesta terça-feira (8) pelo líder da bancada na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), por meio de suas redes sociais. De acordo com o líder do PL, não há mais necessidade da obstrução porque a sigla está perto de conseguir o número necessário de assinaturas (257) para o requerimento de urgência para votar direto no plenário o projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 (PL 2858/2022).

“Como já estamos nos aproximando das 257 assinaturas necessárias para pautar a anistia, a Liderança do PL informa que irá retirar toda obstrução no Congresso Nacional. Estamos apostando no diálogo com os colegas parlamentares, que vêm se sensibilizando com essa pauta de justiça, de humanidade e de pacificação nacional”, escreveu Sóstenes em suas redes sociais.

O partido o ex-presidente Jair Bolsonaro anunciou a obstrução nos trabalhos da Casa em 27 de março, no dia seguinte em que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) o tornou réu junto com outros sete indiciados por tentativa de golpe de Estado. A medida visava pressionar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar a urgência. Neste domingo (6), durante ato favorável à anistia na Avenida Paulista, o pastor Silas Malafaia proferiu duras



Assessoria do PL

Sóstenes esperou os colegas no aeroporto de Brasília

críticas a Hugo Motta por não pautar o projeto, chamando-o de “vergonha da Paraíba”.

Mas nada mudou quanto à votação do PL da Anistia. Apesar de pressionado pela oposição, o presidente da Câmara busca evitar um desgaste com o poder Executivo e o Judiciário. Com isso, ele já anunciou que o PL da Anistia será discutido “com calma” e que o Brasil tem outras prioridades a serem discutidas – como a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

Assinaturas

Com a tentativa frustrada do Partido Liberal em conseguir o apoio dos líderes das bancadas na Câmara para

aderir à urgência do PL da Anistia, os representantes da sigla mudaram a estratégia. Em vez da pressão sobre o comando da Câmara, buscaram obter a adesão dos deputados individualmente. Na manhã desta terça-feira (8), Sóstenes Cavalcante ficou na porta do desembarque no aeroporto de Brasília esperando a chegada de colegas para coletar as assinaturas que faltam.

O parlamentar reuniu um grupo de pessoas vestidas com camisetas amarelas e azuis escritas “Anistia Já”. Essas pessoas, contratadas pelo PL, fizeram um corredor para receber os parlamentares que chegaram na capital federal para os trabalhos da semana com informações sobre o PL da Anistia.

Há um artigo no regimento interno da Câmara dos Depu-

tados que permite a inclusão automática na pauta do plenário da Casa, com a sua votação imediata, para os requerimentos que reunirem ao menos 257 assinaturas. A expectativa do líder do PL é conseguir as assinaturas necessárias até esta quarta-feira (9). Ele alega que, até as 17h20 de terça-feira, o requerimento do PL da Anistia acumula o apoio de 208 parlamentares. Porém, até o fechamento desta edição, os nomes não tinham sido divulgados.

Na última semana, Sóstenes chegou a dizer que o projeto tinha o apoio de 309 deputados federais. Contudo, ao apresentar o pedido na reunião de líderes na última quinta-feira (3), o requerimento tinha o apoio de somente 165 congressistas. Na sexta-feira (4), foi divulgada uma nova lista com 178 assinaturas.

Galípolo: brasileiro gasta de R\$ 20 bi a R\$ 30 bi com bets

Por Karoline Cavalcante

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta terça-feira (8) que a autoridade monetária não tem competência legal para supervisionar ou impor sanções sobre transações envolvendo apostas de quota fixa, conhecidas como “bets”. A declaração foi feita durante seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets, no Senado Federal.

Galípolo esclareceu que a Lei 14.790/23, que regula as apostas no Brasil, não confere ao Banco Central a atribuição de supervisão direta sobre essas transações. “O Banco Central não dispõe de competência legal para fiscalizar ou aplicar sanções em decorrência de transações destinadas a apostas de quota fixa realizadas com pessoas jurídicas não autorizadas a exercer essa atividade”, destacou Galípolo.

O presidente da autarquia também explicou o papel do órgão no controle das apostas, que se limita a orientações às instituições financeiras. “A Secretaria de Prêmios de Apostas [SPA], do Ministério da Fazenda, é quem define qual aposta está autorizada ou não. O Banco Central, uma vez informado pela SPA, orienta a instituição financeira para que ela interrompa transações relacionadas às empresas não autorizadas”, detalhou Galípolo.



Saulo Cruz/Agência Senado

Galípolo explicou limites do Banco Central na fiscalização

Volume bilionário

Na mesma audiência, o secretário-executivo do Banco Central, Rogério Antônio Lucca, informou que o volume mensal de apostas no Brasil em 2025 varia entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões. Esse dado reafirma as estimativas do Banco Central feitas no final do ano passado, e destaca a magnitude do mercado de apostas online no país.

Apesar de não ter competência para fiscalizar diretamente as apostas, o Banco Central exerce papel importante na supervisão das instituições financeiras autorizadas. Galípolo afirmou que

as entidades bancárias são responsáveis por identificar indícios de atividades ilegais, como a lavagem de dinheiro. “Cabe às instituições financeiras identificar possíveis transações suspeitas. O Banco Central fiscaliza os procedimentos dessas instituições, garantindo que seus funcionários estejam cientes de suas responsabilidades”, explicou o presidente da autoridade monetária.

Lavagem de dinheiro

Em casos de suspeita de crimes como lavagem de dinheiro, o Banco Central não intervém diretamente. As informações podem ser en-

caminhadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ao Ministério Público ou à Polícia Federal para investigações mais aprofundadas.

Durante seu depoimento, Galípolo também abordou as dificuldades enfrentadas pelo Banco Central em relação ao uso de recursos do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em transações de apostas. O presidente do BC deixou claro que a instituição não tem poderes legais para impedir o uso desses recursos nas apostas. “O Banco Central não tem nenhuma atribuição para fazer esse tipo de impedimento. Cabe sempre ao BC obedecer ao comando legal que ele recebe do legislador”, afirmou.

O depoimento de Galípolo atende a um requerimento do presidente da CPI das Bets, o senador Dr. Hiran (PP-RR), que chamou atenção para o papel do Banco Central na regulação do sistema financeiro, especialmente no que diz respeito às apostas online e sua relação com a economia nacional.

A CPI das Bets, instaurada em 12 de novembro de 2024, tem o objetivo de investigar a influência das apostas online no orçamento das famílias brasileiras e a possível conexão com organizações criminosas. A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) é a relatora da comissão.